



CRECISP

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

Especial - Dezembro/2025

A revista direcionada para o corretor de imóveis

REVISTA INTERATIVA
Clique nos links para
ser direcionado

CRECISP
Mulheres



**3ª Encontro CRECISP de
Combate à Violência
contra a Mulher**

CRECISP REALIZA EVENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO

Contra a Violência à Mulher



O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (CRECISP) deu início à 3ª edição de seu evento anual de conscientização e combate à violência contra a mulher, reunindo representantes de diversos estados e diferentes conselhos profissionais. A abertura, realizada pelo presidente do Conselho, José Augusto Viana Neto, destacou a importância da mobilização institucional e social no enfrentamento às diversas formas de violência que atingem mulheres dentro e fora do mercado imobiliário.

Em seu discurso, o presidente ressaltou que o Conselho tem intensificado investimentos e esforços para ampliar a proteção e garantir melhores condições de trabalho às mulheres, especialmente corretoras de imóveis. Ele também enfatizou que o evento, ano após ano, tem apresentado resultados mais significativos, reforçando o compromisso da instituição com o tema.



Entre os presentes estavam representantes de nove Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, a saber: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Goiás e Santa Catarina; além de membros de conselhos de outras profissões, como Química, Enfermagem, Educação Física, Nutrição, Farmácia, Técnicos Industriais, Psicologia e Odontologia. A presença expressiva de autoridades nacionais foi considerada um marco de fortalecimento do diálogo interinstitucional sobre políticas de proteção às mulheres.



Um dos pontos altos da abertura foi o anúncio dos avanços do CRECISP no processo de certificação pela ABNT na Norma 10.019, voltada ao combate à violência contra a mulher. O presidente da ABNT, Mario William Éspér, presente na ocasião, elogiou o compromisso do Conselho paulista e destacou a relevância da iniciativa, que tem ganhado projeção internacional.

Ainda na abertura, Viana também revelou dados atualizados sobre a participação feminina na corretagem de imóveis: atualmente, as mulheres representam 38,8% dos profissionais ativos no estado, o maior índice já registrado na série histórica, com tendência de crescimento.

Outro anúncio importante foi a implementação do Botão do Pânico no aplicativo oficial do CRECISP. A ferramenta — disponível para corretores e corretoras — oferece um recurso de emergência que, segundo estatísticas internacionais apontadas no evento, pode elevar em mais de 40% a sensação de segurança das usuárias.



COMBATE AO ASSÉDIO

A programação do evento incluiu uma apresentação sobre o funcionamento da Comissão de Combate ao Assédio do CRECISP, responsável pelo atendimento e encaminhamento de denúncias de assédio moral e sexual no mercado imobiliário. Foram apresentados casos reais recebidos pelo Conselho, demonstrando que, mesmo quando não há provas diretas, a instituição intervém notificando profissionais e imobiliárias para coibir práticas abusivas.

O coordenador da Comissão, Julio Rios, falou sobre os canais de denúncia no site do CRECISP, que são imparciais, pois as denúncias são filtradas por uma empresa terceirizada. Ele também destacou recursos como a Cartilha para Imobiliárias e o Guia Rápido sobre Assédio.

O palestrante também citou a importância de as vítimas usarem ferramentas como o celular para gravar conversas. Em casos mais graves, como o de abuso organizado, o CRECISP encaminha a denúncia ao Ministério Público, que também possui um canal de denúncias para o público.



NINGUÉM SE CALA



A promotora de Justiça Vanessa Almeida utilizou sua participação para abordar a violência de gênero facilitada pela tecnologia e a importância do Pacto “Ninguém se Cala”. Ela iniciou sua apresentação destacando a relevância do Protocolo Nacional para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que confere maior peso à palavra da vítima em casos como assédio e violência doméstica, onde geralmente não há testemunhas, diferentemente da violência virtual, que deixa rastros.

A promotora detalhou a violência digital, que é cometida, agravada ou reproduzida por meios eletrônicos, citando exemplos como Slut Shaming, Cyber Stalking, pornografia da vingança, Sextortion e os perigos do Deep Fake Pornográfico. Ela alertou que essa violência causa insegurança perene e o silenciamento das mulheres, podendo levar a quadros psicológicos graves e à retração da vítima em sua vida pública. Para combater esses fenômenos, o Pacto “Ninguém se Cala”, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público de São Paulo, busca aliados em diversos setores da sociedade para conscientizar e orientar. A estratégia do pacto é proteger primeiro e responsabilizar em seguida, focando em como acolher a vítima e não julgá-la. A promotora enfatizou o papel da testemunha que intervém (upstander), que deve documentar provas e amplificar a voz da vítima, já que a maioria delas procura familiares e colegas de trabalho antes da polícia. Ela concluiu defendendo a necessidade de educação digital com perspectiva de gênero, protocolos institucionais claros e mecanismos de denúncia eficazes e acessíveis, sublinhando que o Direito Penal deve nomear o que é intolerável e proteger a vítima.

E AGORA, JOSÉ?



O professor Eurico de Marcos Jardim, monitor de Atividades Comunitárias da Secretaria de Segurança Pública de Mauá, apresentou sua experiência com grupos reflexivos para homens autores de violência, como parte da reeducação prevista na Lei Maria da Penha. Ele destacou que o conhecimento é a “arma” essencial para fomentar uma cultura de paz.

O programa pioneiro “E agora, José?”, criado em Santo André em 2014, prevê 20 encontros temáticos para a ressocialização dos agressores. Sua metodologia inclui um “contrato de convivência” e uma avaliação coletiva, com a conclusão de que os participantes evoluem da negação para a compreensão de seus atos. Apesar de ter sido descontinuado como política pública em 2018, o programa é mantido por iniciativa voluntária de facilitadores como Eurico.

O professor compartilhou seu próprio processo de “reforma pessoal”, reconhecendo-se como machista, e ressaltou a resistência masculina ao tema. Ele apontou que os homens frequentemente criam “histórias fantasiosas” para negar a agressão, alegando autodefesa, o que exige um “embate” constante por parte dos facilitadores. Jardim defendeu a inclusão da perspectiva de gênero no sistema de justiça e no treinamento de agentes de segurança, como a GCM, para um atendimento mais humanizado às mulheres. Ele concluiu enfatizando a importância do diálogo com o feminismo e da coragem institucional para enfrentar o machismo estrutural, citando a visão de Edith Stein sobre a educação como um meio de “recriar o homem na sua totalidade”.

VIOLÊNCIA INVISÍVEL NÃO CAUSA MARCAS NO CORPO,

Causa Dores na Alma



A psicóloga Denise Biacsi utilizou sua apresentação para lançar um alerta sobre a “violência invisível”, um tipo de agressão emocional e psicológica que, por não deixar marcas físicas, é frequentemente silenciada, minimizada e até normalizada pelas vítimas. Por meio de um exercício interativo com a plateia, a especialista ilustrou como situações cotidianas — como controle de decisões, desqualificação de conquistas, o temido “silêncio punitivo”, restrição financeira e o Gaslighting (manipulação psicológica que leva a vítima a duvidar da própria sanidade) — são formas de violência. Segundo a psicóloga, essa violência “não causa marcas no corpo, mas causa dores na alma”, afetando gravemente a autoestima e a saúde mental, e é justificada socialmente como ciúme ou “personalidade forte”. Biacsi destacou dados alarmantes, como o fato de que mais de 40% das mulheres já sofreram violência psicológica e que o ambiente de trabalho é um local frequente para assédio moral e sexual.

Para enfrentar o problema, ela enfatizou que o primeiro passo é nomear a situação e registrar os fatos (data, horário, prints), pois trata-se de um crime. A psicóloga defendeu a necessidade de estabelecer limites claros e assertivos, reduzir o isolamento e buscar apoio qualificado. Por fim, ela reforçou a mensagem de que não se deve lidar com essas situações sozinha, incentivando o uso de canais de ajuda, como o 180 e as delegacias.

MUITO ALÉM

da Agressão Física

A psicóloga clínica e social Beatris Guarita Dotta, conselheira do Conselho Regional de Psicologia, apresentou uma análise sobre a violência contra a mulher, destacando que sua origem está no fato de as vítimas serem mulheres, enraizada na lógica social que associa o feminino à fragilidade e a algo ruim. Ela salientou que a violência se manifesta em múltiplas formas, não se limitando à agressão física.



A psicóloga detalhou os cinco tipos previstos na Lei Maria da Penha. A Violência Moral configura calúnia, difamação ou injúria, sendo comum o questionamento da competência profissional de uma mulher com base em sua aparência. A Violência Psicológica causa dano emocional e diminuição da autoestima, manifestando-se por meio de ameaças, humilhação, manipulação e controle constante das ações e decisões da vítima, levando-a a duvidar de si mesma. Já a Violência Patrimonial envolve a retenção ou destruição de bens e recursos econômicos. Guarita Dotta alertou que ela também ocorre de forma indireta, quando a mulher é sobrecarregada com funções domésticas, impedindo-a de desenvolver sua carreira, com base no argumento machista de que ela faz isso "melhor" por ser mulher.

A Violência Física não se resume ao espancamento; é definida pela intenção de agredir e violar o corpo da outra pessoa, incluindo empurrões, segurar o braço ou

impedir a vítima de sair. Por fim, a Violência Sexual ocorre em qualquer contato sexual indesejado após a recusa, e sua maior incidência está dentro das relações conjugais e familiares. Muitas vezes, a mulher é pressionada a ceder sexualmente devido à lógica patriarcal de que seu corpo "pertence ao homem". A especialista enfatizou que essas violências estão frequentemente entrelaçadas e sua naturalização, como o assédio verbal na rua, é um problema cultural. As consequências dessa violência de gênero são profundas, causando dano cerebral, dificuldade de a vítima se reconhecer como sujeito e a sensação de fatalismo (mesmice e falta de ambição).

Para a transformação, a psicóloga defendeu o reconhecimento das violências por parte de todos (homens e mulheres), o diálogo e a educação sobre o tema, e a implementação de políticas públicas focadas em cuidado, proteção e reparação.

RELAÇÕES DE PODER

anulam o “Sim”



A Defensora Pública Raquel Peralva Martins de Oliveira, Assessora da Divisão da Casa da Mulher Brasileira (CMB) em São Paulo, participou do evento do CRECISP para discutir a importância do consentimento sexual ativo e como as relações de poder podem anular a vontade da mulher. Raquel Peralva, cujo trabalho na Defensoria Pública do Estado de São Paulo é um modelo para outros estados, enfatizou que o consentimento deve ser a vontade expressa da mulher em cada ato da relação, e não apenas a ausência de um “não”. Ela refutou a cultura que interpreta o silêncio ou a falta de resistência física como permissão, sendo categórica ao afirmar que, havendo dúvida, a resposta é sempre “não”.

A palestrante alertou que a autonomia da mulher é minada em relações onde há desequilíbrio de poder, citando como fatores para anulação de consentimento o uso de álcool, drogas, hierarquia, medo ou coerção. Um exemplo claro é a relação chefe-subordinada, na qual o “sim” da mulher pode ser dado por medo de perder o emprego.

A Defensora Pública aproveitou para divulgar a Casa da Mulher Brasileira (CMB), um equipamento público que oferece atendimento multidisciplinar, integrado e humanizado às vítimas de violência. A CMB reúne Delegacia Especializada, Defensoria Pública, Ministério Público, e equipes de psicologia e serviço social em um só local. Ela ressaltou que a Defensoria Pública na CMB oferece assistência jurídica integral sem necessidade de agendamento, sendo um recurso acessível para todas as mulheres em situação de vulnerabilidade. Raquel Peralva finalizou pedindo que a informação sobre a facilidade de acesso a esses serviços seja amplamente divulgada.


NEGACIONISMO, CICLO DE AGRESSÃO

e Rede de Apoio



Um painel de debates promovido pelo CRECISP ao final do encontro, mediado pela promotora de Justiça Mariana Pieragnoli Viana, reuniu o professor e cofundador da Campanha Laço Branco, Sérgio Barbosa, e a Delegada Titular da 1ª DDM, Cristine Nascimento Guedes Costa, para discutir a complexidade da violência de gênero e a urgência de envolver a sociedade no seu combate.

A promotora iniciou a discussão chamando a atenção para o crescimento dos casos de violência e confrontando o discurso que tenta desresponsabilizar o agressor: os homens sabem quando cometem violência. O professor Sérgio Barbosa, da Campanha Laço Branco, concordou, apontando o negacionismo masculino como o maior obstáculo. Ele relatou que em grupos reflexivos, muitos homens se recusam a refletir, tentando desqualificar a vítima ou o próprio facilitador.



Barbosa destacou que a Lei Maria da Penha deve ser vista não apenas como punição, mas como um instrumento de prevenção e educação para os homens, exigindo que eles reconheçam suas atitudes machistas no dia a dia.

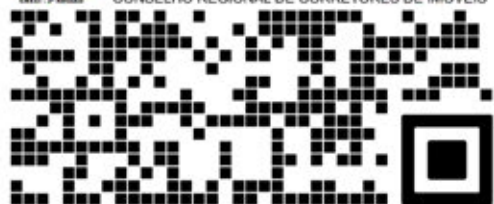
A delegada Cristine Nascimento Guedes Costa, da 1ª DDM, trouxe a perspectiva da atuação policial e a dificuldade da vítima em romper o Ciclo da Violência, que se divide em três fases: aumento da tensão, o ato de violência e a lua de mel (fase em que o agressor se arrepende e a vítima tende a retirar a queixa). A delegada afirmou que a retratação da vítima é um desafio constante para o sistema de justiça, mas ressaltou que a rede de apoio (delegacia, Ministério Público, Defensoria e sociedade civil) é crucial para que a mulher consiga sair desse ciclo.

Todos os participantes convergiram na necessidade urgente de trazer os homens para a discussão. Sérgio Barbosa lamentou a baixa presença masculina em eventos como este, reforçando que é responsabilidade deles buscar a desconstrução do machismo. A promotora Mariana Viana concluiu o painel com uma reflexão crítica, sugerindo que os organizadores de futuros eventos considerem estabelecer uma “cota mínima” de participação masculina, de modo a garantir que a mensagem de combate à violência alcance quem precisa ser reeducado e combater o negacionismo que perpetua a violência.



CRECISP

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS



PRESENCIAL



CRECISP

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS



ONLINE

O CRECISP ATENDE DE SEGUNDAS A SEXTAS-FEIRAS,
DAS 7H ÀS 19H, SÁBADOS DAS 9H ÀS 14H, ININTERRUPTAMENTE.

Atendimento Imediato

atendimento.crecisp.gov.br

Acesse, curta, siga nossas redes sociais



crecisp



crecispoficial



portalCRECISP



creciSP_Oficial



crecisp

Acompanhe e
compartilhe as
principais informações
sobre o setor imobiliário!

INÍCIO